

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008. 118 p.*

Eduardo Portanova Barros**

A professora e jornalista Cremilda Medina publica mais um livro ao seu estilo, que junta a reflexão crítica ao texto poético: *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos* (SUMMUS, 2008, 118 páginas). Os dois lados com os quais desenvolve seu raciocínio, que não se aparta do seu cotidiano, já se evidenciam no título. O positivismo de Auguste Comte e a *dialogia* autoral na reportagem. Esses são, aliás, os horizontes da autora: conseguir que o jornalista seja ao mesmo tempo eficaz e complexo, situando-se no contexto analítico que se exige desse profissional na contemporaneidade, a partir de leituras (conceituais ou não) e pesquisas em torno do seu eixo investigativo, sem negligenciar – e aí entra a segunda instância – seu lado mais sensível, emocional e, portanto, humano.

A autoria em Cremilda Medina é seminal. Para ela, o jornalismo, sem a visão particular de seu autor, não faria sentido, porque não seria uma narrativa imagética. Seria, apenas, um texto frio, mesmo que bem-acabado tecnicamente. Ao lado da apuração rigorosa dos dados, Medina espera do jornalista uma entrega de sentidos. E ela dá, no livro, vários exemplos da riqueza com que se revestem determinadas situações (ou os fatos jornalísticos) e que poderiam servir de subsídios para a narrativa de um jornalismo sensível, desde que essa sensibilidade se transforme em uma notícia eficaz. Para Medina, é preciso juntar o que a herança positivista separou, a técnica com a complexidade, no sentido de uma teia para – tomando de empréstimo dela – tecer o presente. É nessa relação entre fonte e repórter, mediada pela competência linguística, que o jornalismo deveria investir, segundo Medina.

Medina apresenta, em *Ciência e jornalismo*, o alicerce de sua tese: a relação Eu-Tu. Trata-se de uma perspectiva trabalhada com profundidade em *Entrevista: o diálogo possível*. A inquietude em relação à mediação feita pelo jornalismo, em especial à técnica da entrevista, resultou, em 1990, nesse trabalho, publicado pela Editora Ática. A autora se baseia em Buber (1878-1965), citado na abertura do primeiro capítulo. Para Buber, importa a vida comunitária, aquela que permite que cada indivíduo se relacione com o próximo em termos da relação EU-TU e não em termos da relação EU-ISTO. Nesse caso, a ciência poderia ser a propulsora dessa via *societal*. Ao jornalista caberia a mediação, sempre bem-acabada tecnicamente, entre, de um lado, a ciência, e, de outro, o senso comum.

* Resenha recebida em 30-6-11. Aprovada em 11-7-11.

** Jornalista, Pós-Doutorando e Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Atua no projeto Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais: Gestão e Inovação no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes). Doutor em Comunicação Social pela PUCRS, mestre em Ciências da Comunicação pela USP (2003) e graduado em Comunicação Social pela PUCRS (1986). Tradutor do livro *Sociologia do imaginário*, de Patrick Legros, Frédéric Monneyron, Jean-Bruno Renard e Patrick Tacussel (Porto Alegre, Sulina, 2007). E-mail: eduardoportanova@hotmail.com.

A relação entre o Eu e o Outro também pode ser pensada sob o enfoque wunenburgeriano (Jean-Jacques Wunenburger) da *razão contraditória*. Ele explica que, no Ocidente, vivemos uma fúria pela compreensão. Criamos, assim, diversos tipos de ciência para aplacarmos nosso desejo pelo esclarecimento. Apesar de todas essas tentativas, o conhecimento esbarraria no indelével, no indizível, no etéreo. Existiria um campo intermediário na relação entre o Eu e o Outro, por exemplo, que não seria explicável pela palavra, apenas pelo sentimento. Para Wunenburger, sempre que a razão parece ter apreendido o dado social, uma resposta inesperada a desestrutura. As coisas escapam e fundem-se no inapreensível, segundo ele. A tendência em recortar a existência segundo pares binários (o Mesmo e o Outro), através de uma lógica dualista, subestima a diferença.

O dualismo, porém, não se confunde com a díade, uma leitura mais rica de dois elementos, porque procura a soma do segundo em relação ao primeiro, e não apenas no par regido pela lógica do *ou*: o primeiro *ou* o segundo. Uma razão contraditória, segundo Wunenburger, desafia a soberania da razão por meio da filosofia da suspeita. De acordo com ele, procura-se, hoje em dia, circunscrever a diferença, para que o pensamento seja mais contrastado, e a complexidade, mais dinâmica. A tentativa de Wunenburger é acrescentar a dúvida ao pensamento racional, dúvida essa que é mais do que uma simples contradição, é o *contraditorial*, porque estabelece o *tensionamento* entre polos, no lugar de uma dicotomia separatista (o binarismo) que vê uma coisa em *comparação* à outra.

Pensar a ciência no campo jornalístico só aumenta a importância e a atualidade do livro. O que Medina propõe no seu trabalho acadêmico, em suma, é motivar as novas gerações para que estabeleçam uma relação mais próxima e humana entre o entrevistador e a fonte. Assim, teoricamente, a notícia seria melhor explorada. Porém, o que acontece é outra coisa, salvo raras exceções, e Medina sabe disso. Cobrado(a) para voltar à redação com todas as respostas às perguntas sugeridas na pauta (de saída deficitária), o(a) repórter vai a campo disposto(a) a tudo para obter a notícia. À vítima (no caso a fonte) só resta pronunciar-se. “Ciência e jornalismo” é uma reflexão sobre a complexidade do trabalho jornalístico, que passa, necessariamente, pela entrevista, daí a importância da retomada para esse leitor daquele outro livro, a sua tese de doutoramento (*Entrevista: o diálogo possível*), no sentido de uma melhor compreensão de onde se originam as ideias da autora.

Para Medina, o reducionismo positivista impede que as sensibilidades do entrevistador e a fonte se juntem. O resultado é um jornalismo que não consegue contemplar a multiplicidade da vida, pois estaria separado dela. Urge que se pense complexamente o fazer jornalístico, e o livro de Medina aponta para essa complexidade. Segundo a autora, a entrevista pode ser apenas um modelo para se obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas, em sendo apenas isso, continua ela, não será um braço da comunicação humana. A vida é infinitamente mais diversificada do que uma pauta. Essa, porém, ainda é feita com a pretensão (pobre pauta!) de encontrar a verdade absoluta e a imparcialidade dos fatos. Professora aposentada e organizadora de vários livros da série São Paulo de Perfil e do Novo Pacto da Ciência, dois projetos desenvolvidos na Universidade de São Paulo, Medina defende, em síntese, um jornalismo autoral.

Esse jogo entre ciência e autoria é um modo ambivalente e, portanto, poético de reportar o cotidiano. O jornalismo de Medina, que ela não só propõe, como também o pratica, não se esgota na pauta, geralmente obcecada em repetir os dados essenciais do *lead*. Vai além. E, para ir além, uma pauta tradicional não consegue dar conta da complexidade de uma notícia, por mais simples que ela seja. É claro, há limites para tudo. Não se espera que se faça um livro-reportagem da noite para o dia, em 24 horas. O que se está dizendo é que a ideia de exatidão e de certeza da notícia não deveria ser o horizonte do(a) jornalista. O jornalismo é precário. Teríamos, aí, um primeiro e grave problema no jornalismo praticado hoje: a crença na imparcialidade da produção noticiosa e na cobertura isenta dos acontecimentos. E é desse jornalismo precário que Medina fala ao mostrar um contraponto, o do jornalismo autoral.

No livro, Medina exemplifica sua tese com uma entrevista para a qual fora pauta, na condição de repórter especial do Estadão, sobre o “Caso Mengele”, o nazista morto e enterrado no Brasil. Ela tinha de fazer o perfil de uma sobrevivente de um campo de concentração nazista e entregar a matéria até às 20 horas daquele mesmo dia. Eram 14h da tarde quando fora avisada. A partir daí, Medina faz um relato que por si é uma aula de jornalismo e um exemplo para as novas gerações. Essa passagem é uma das mais significativas do livro e embasa a tese de Medina segundo a qual “só quando se está *afeto* a [daí o título do livro] ocorre o ato comunicativo, o ato poético ou o ato comunicacional que, por sua vez, se traduz na sala de aula, na obra de arte ou nas narrativas da contemporaneidade”. É pelo viés autoral da mediação jornalística que se atribui algum sentido à realidade, afirma ela.

O jornalismo complexo de Medina é análogo ao pensamento de Edgar Morin. A tese de Morin, um pensador interdisciplinar, é a de que precisamos superar o pensamento simplista ou, melhor dizendo, o “paradigma da simplificação”, que resulta em disjunção, redução e abstração. Segundo Morin, esse tipo de raciocínio é mutilador e, por isso, resulta em ações igualmente mutiladoras. Logo, Morin entende a complexidade como uma mistura entre ordem e desordem. Degradação e desordem, na opinião dele, dizem respeito à vida e, na tentativa de erradicá-las, quebra-se o delicado vidro do caleidoscópio humano. Esse olhar transversal de Morin valoriza uma prática social dialógica (que associa termos complementares e ao mesmo tempo antagônicos), prática essa que se estende às manifestações artísticas e, como se depreende do livro de Medina, ao jornalismo.

O problema é que só um jornalista-autor seria capaz disso. Aqui é o caso de lembrar a conferência do filósofo Michel Foucault no Collège de France, em 1969, sobre a tese da autoria, no texto intitulado “O que é um autor?”, e que o pesquisador Teixeira Coelho retoma no ensaio *A morte moderna do autor*, revendo os postulados estruturalistas de Foucault, para concluir que o autor volta à cena. Naquele ano, Foucault apresentou à Sociedade Francesa de Filosofia, no Collège de France, uma reflexão sobre a importância (ou não) do sujeito. Falar do sujeito é, portanto, falar de um autor. Aquele texto ficou marcado pela expressão “função-autor”, que defende uma releitura do papel da autoria. Acusado de ter guilhotinado o autor, figura cara ao meio artístico, Foucault, na fase dos debates, se defende e diz que fala de certa temática na ordem do discurso. Em seguida, Foucault argumenta que uma coisa é tentar definir como é exercida a função-autor, e outra, afirmar: o autor não existe. A

importância do sujeito é relativa, segundo Foucault. Foucault explica que se interessa em observar de que maneira um texto se relaciona com seu autor. Para ele, a ideia de autor refere-se à especificação de certo discurso, a fim de, em uma determinada cultura, ter um estatuto autoral, a função-autor, que é modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos sociais. Um breve relato histórico de Foucault ressalta que, nem sempre, se deu importância ao autor, e que essa função, portanto, não se aplica a todos os discursos. No das obras literárias, sim. Nelas, o autor é o alter-ego do escritor, o que faz com que Foucault entenda a função-autor como o de uma infinidade de *eus*. O autor que excede sua própria obra, como Freud, é, para Foucault, “fundador de discursividade” (1992). Como se situaria o jornalista-autor na tese de Medina? Seria uma *função*, um autor ou as duas coisas juntas?

Roland Barthes segue a mesma tendência de Foucault. Em um artigo intitulado “A morte do autor”, lembra que, para o poeta simbolista francês Stéphane Mallarmé (1871-1945), “é a linguagem que fala”. (1977). Foucault e Barthes se apoiam em Mallarmé, que separava o autor da sua obra. Para Barthes, linguisticamente, o autor é uma instância da escrita. O texto, continua Barthes, é um tecido de citações desenhado a partir de inúmeras referências culturais. Portanto, existir um autor seria impor limitações ao texto. Para Barthes, o reino do autor foi erigido pela crítica, que, segundo ele, nunca se interessou pelo leitor. Uma vez eliminado o autor, decifrar um texto é tarefa inútil. Por isso, a importância do autor para a crítica, que se vale dele para se justificar. Assim, conclui Barthes, o nascimento do leitor depende da morte do autor.

Para Teixeira Coelho, no entanto, é preciso repensar a noção de autor sob um outro prisma. Ele explica que a tese de Foucault não veio do nada, e sim, de um olhar estruturalista dos anos 50 e 60 (séc. XX) (remonta a Duchamp que remonta ao marxismo). Foi o estruturalismo, lembra Coelho, que desmembrou o sujeito (ou, no caso, o autor) de sua obra. O exemplo eram as sociedades primitivas ou indígenas, mas, ainda conforme Coelho, várias descobertas esclareceram que, diferentemente da cultura ocidental, naquelas organizações não existia a figura do artista.

Segundo Coelho, Foucault estruturalista privilegiava a estrutura em detrimento do sujeito (1995). À semelhança do sujeito *com* e *como* uma máquina não é de todo absurda, já que, observa Coelho, espera-se que ela opere por si mesma. Descarta-se o homem. No caso da arte, teríamos, portanto, uma função-arte, diz Coelho. “Para Foucault, como para Duchamp e para o estruturalismo, uma obra (um texto: tanto um filme quanto uma revolução) constitui-se ao largo de uma vontade e de uma ação individual – e se um indivíduo conta para algo, não é senão como catalisador.” (1995). Mas para Coelho, a ideia contemporânea é outra. De acordo com ele (e por isso o nome do artigo é “A morte moderna do autor”, e não *pós-moderna*, porque, nesse caso, ela não se aplicaria), a tese de Foucault é ponto de chegada e não de partida.

Para Coelho, a ideia contemporânea da autoria, hoje, é outra, mas ainda sobrevive. Coelho termina o artigo esperando um olhar mais amplo em torno da autoria, sem que se queira do autor os mesmos pressupostos de uma unidade da obra, de uma repetição do que sempre fez. A polêmica em torno dos artigos de Foucault e Barthes contribuem para que a noção de autoria seja reconsiderada sob outras balizas, e que sejam, de preferência, contemporâneas, a

fim de aproximar o contexto de uma produção com ideia de autoria atualizada. Esse é o mérito de Medina, aliás, o de trazer à discussão, na chamada pós-modernidade, o termo *autoria*. Para ela, é pela autoria que se faz um jornalismo crítico e não pela objetividade. Objetividade, na opinião dela, é uma falácia, assim como o distanciamento do jornalista em relação à notícia.

Essa autoria, enfim, pode ser trabalhada tanto nas redações de jornais, como ela já testou quando assumiu a Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo (CCS/USP) e comandou as mídias da maior universidade da América Latina, quanto em sala de aula. Medina exige de seus orientandos ou alunos de oficinas um posicionamento ao mesmo tempo crítico e sensível a respeito de qualquer assunto que se esteja abordando, das inovações do *laser* ao cogumelo do sol. Uma pauta, para ela, é a oportunidade que o jornalista tem de investigar não apenas os dois lados da notícia, mas o contexto em que um determinado assunto está inserido. Ela é uma das poucas jornalistas que analisa teses e dissertações nos mais variados campos de estudos, porque a transdisciplinaridade, nela, é endêmica, assim como deveria ser o lado autoral de qualquer jornalista, pois é com espírito crítico e “dialogia” que um repórter se faz, diria Medina.

Uma coisa é a formação desses alunos nos bancos universitários; outra, bem diferente, é o mercado em que eles se inserem. O momento trágico – porque insolúvel, ao contrário do drama que, segundo Michel Maffesoli, aponta sempre para uma solução – é o de conseguir o equilíbrio entre uma e outra coisa. Quer dizer: o que fazer se, na realidade de mercado, não houver espaço para a narrativa autoral, que é (a falta de espaço para esse tipo de jornalismo) o que se observa normalmente? No jornalismo, em outros termos, existe um espaço para a autoria? O campo de atuação do jornalista é vasto e, portanto, é impossível ser afirmativo em relação a esse questionamento. Há situações em que a autoria pode se manifestar. Noutras, não. Também é preciso ponderar se não é melhor que assim seja; isto é, que o jornalista *não* seja sempre autoral. Pergunta-se, então: quem consegue sê-lo nos termos de Medina, os da *dialogia*, da sensibilidade, do impulso criativo e de uma ética situada entre a individualidade do narrador-jornalista e do meio no qual se insere?

A pulsão em fazer pode esbarrar na muralha institucional. É o jogo entre a subjetividade e a objetividade. Isto é, quando se pensa em dar certo contorno (para não dizer estilo, pois estilo é algo que não se fabrica como uma engrenagem qualquer) a um texto jornalístico, aquele que vai além de notas, a máquina empresarial pode tanto rechaçá-lo quanto admiti-lo. O momento do *sim* ou do *não* é imponderável. Às vezes, até o mau ou o bom humor dos responsáveis pela edição de uma matéria pode ser o fator preponderante para o sucesso ou o insucesso da tentativa autoral. Pequenos ou grandes fatos, e a história ilustra bem isso, dependem de situações banais que acabam gerando situações incontornáveis. No jornalismo é a mesma coisa. Sem haver nada explícito de forma conceitual, até porque o conceito, justamente por se dar ares de certeza é o que há de mais insensato na designação de alguma ideia, a autoria é uma atitude. Ela revela e mascara. A convivência entre jornalistas autorais e seus *superiores* nunca foi fácil, mas Medina, que não teme a turbulência, aposta antes na transversalidade do que na linha reta do pensamento.